

ROÇA CAIÇARA

Agroecologia e Água | Litoral Norte



Área para o cultivo - Sítio das Palmeiras - Ubatimirim - Ubatuba (SP)

Covid-19, exclusões e inclusões no “novo normal”

Por Suzana Lourenço, engenheira florestal

Em um mundo onde pensávamos haver chegado ao ápice da revolução tecnológica, um vírus nos alerta às prioridades humanas: viver uma vida saudável e cuidar-nos uns aos outros. Vimos que nosso modelo econômico é falho, vimos a fragilidade de nossas lideranças e nos voltamos para ações tão fundamentais à nossa sobrevivência, como são os cuidados com a higiene e alimentação.

Frente ao desconhecido que representa ser o SARS-CoV-2 e suas formas de ataque, relembramos do amor aos nossos entes queridos, antes em segundo plano por causa do trabalho e da economia. Adotamos o tal *home office*, estrangeirismo criado no contexto neoliberal para descrever o trabalho em casa, velho conhecido das agricultoras familiares e artesãs, assim como o sentido da palavra *comunidade*. Notamos que vários dos itens que até o momento consumíamos não são tão prioritários assim. Retomamos contato com aquela produtora que resistia às intempéries de um modelo econômico que a massacra, plantando suas hortaliças nos quintais urbanos ou em roças, na área rural.

Reencontramos as costureiras para confeccionarem nossas máscaras e migramos, subitamente, do serviço majoritariamente prestado pelas grandes empresas à mercearia do nosso bairro, mais alcançável em períodos de distanciamento social.

Para essas produtoras locais, a mudança repentina também teve sua repercussão. A demanda supera sua oferta, produzida e distribuída em duras penas, em um modelo econômico que as desvaloriza e políticas públicas difíceis de acessar. As possibilidades de adaptação ao novo normal também são socialmente seletivas. A cidadã periférica, sub-remunerada, subempregada e com baixa escolaridade que sequer consegue imaginar como ou o que é um vírus, muito menos que as moléculas do sabão penetram na membrana oleosa do SARS-CoV-2, inviabilizando a replicação de seu RNA fragmentado.

No país que está entre os 51 países mais suscetíveis à desnutrição, segundo a ONU, há quem sequer dispõe de água tratada para lavar as mãos. Desamparadas pelo Estado, as diversidades étnicas fecham suas comunidades e ali se refugiam para sobreviver, contando com a amizade de quem se dispõe a ajudar.

Para ambos, sobram teorias, mas faltam instrumentos de proteção social e trabalhista, regulação urbana, fundiária. Falta que leis já existentes sejam implementadas. Não há *home office* para essas pessoas realizarem seus *jobs*, nem sequer internet para compras *delivery*. Importamos palavras, produtos, mas é aqui, entre nós e que devemos repensar uma estrutura que nos garanta exercer nossa cidadania.

Roças Tradicionais

**Autorizações
Emergenciais**

**Resolução
SIMA 28/2020**

Roça de Mandioca e de Milho - Ubatumirim - Ubatuba (SP)

Em resposta à pandemia do Covid-19, foi publicada em 18 de abril de 2020 a Resolução 28/2020, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA). Sob caráter emergencial, a norma estabelece critérios destinados à preparação de áreas para roças tradicionais de coivara, praticadas por Povos e Comunidades Tradicionais.

Autorizações para as roças tradicionais são emitidas com base em documentos preparados por instituições de assistência técnica do Estado em apoio às comunidades. Estes documentos são analisados por técnicos da CETESB que emitem as autorizações.

Em decorrência do isolamento social como principal medida para evitar a propagação do coronavírus, foi preciso encontrar uma alternativa para evitar os procedimentos administrativos de praxe para autorizações de roças. Desta forma, técnicos que prestam apoio às comunidades e profissionais da CETESB que analisam os processos não precisarão ir a campo, preservando assim a saúde das comunidades tradicionais e dos agentes públicos.

O principal objetivo da SIMA com a publicação da Resolução foi permitir que as comunidades tradicionais pudessem implementar suas roças durante o período de isolamento social, com segurança jurídica, e assim garantir meios de subsistência e segurança alimentar.

Roças fora de Unidade de Conservação deverão ser comunicadas, por meio das Associações que representam os Povos e Comunidades Tradicionais, ao Centro Técnico Regional (CTR), da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB) ou à Agência da CETESB até 31 de dezembro de 2020.

Roças em Unidade de Conservação de posse e domínio público, ressalvadas as Áreas de Proteção Ambiental, dependerão de autorização prévia do órgão gestor da Unidade de Conservação, dispensada a oitiva ou deliberação de seu Conselho Gestor, e somente poderá ser concedida a povos ou comunidades tradicionais ou com evidências de tradicionalidade, preexistentes à criação da unidade de conservação, reconhecidos pelo órgão gestor mediante laudo antropológico ou outro documento oficial.

A Resolução também estabelece algumas condições de controle ambiental. Por esta razão, destacamos aqui os critérios que precisam ser seguidos para que as roças possam ser feitas, com segurança jurídica:

Condições para autorizações

- Roças tradicionais realizadas por Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de São Paulo;
- Roças de até 1 hectare (10.000 m²);
- Distância mínima de 100 metros entre áreas de roças;
- Imóvel rural ou área de uso da comunidade deve ter, no mínimo, sua metade coberta por vegetação nativa;
- A soma de todas as áreas de roças não pode superar 20% da vegetação nativa existente no imóvel rural ou da área de uso de uma comunidade;
- Podem ser abertas roças em vegetação nativa em regeneração no estágio inicial (capoeira) ou médio (capoeirão);
- Uma família pode fazer mais de uma roça, desde que respeite as condições citadas;
- Com exceção de roças em Área de Proteção Ambiental (APA), todas as outras situadas em Unidade de Conservação precisam ser autorizadas pela Fundação Florestal;

Não são autorizadas

- Roças em áreas de preservação permanente (APP): beira de córregos e rios; junto de nascentes; áreas ou sob declividade com inclinação acima de 45° ou 100% de declividade, em restingas ao redor de mangues ou em manguezais;
- Roças em matas antigas, com vegetação em estágio avançado de regeneração;
- Uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos ou sementes transgênicas;
- Abrir roças para o plantio de espécies perenes como pupunha, banana e etc.

**Equipe Técnica da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade,
da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de SP**

**Dúvidas poderão ser respondidas nos endereços eletrônicos:
cfb.cap@sp.gov.br e cfb.ubatuba@sp.gov.br**

Autor: Santiago Bernardes

Da terra

Para a casa de farinha
o cheiro quente
da fornada no ar

Desde tempos imemoriais
a raiz que alimentou as tribos
o pão, o beiju, a tapioca,
a farinha com peixe

A roça de coivara
plantada e renascida da rama
que perpetua o alimento e a História

Da sua força no solo
e resistência no tempo seco
alimentando geração a geração
índios, quilombolas, caiçaras
e até mesmo o invasor do seu chão

Na paciência dos mais antigos
passando o ofício
na remada longa das velhas canoas grandes
levando as sacas para portos distantes

Na farinha
que vai à mesa simples de um povo
com o café adoçado com cana
ou com o pirão

A força do trabalho solidário
no roçado, no plantio, na colheita
a festa, a cachaça, o fandango
celebrando o mutirão

De um tempo que vem de longe
cortado por estradas, ganância e incompreensão

Entretanto, raiz forte, resiste
como resiste seu povo que planta
a paz, a vida, a continuação
nas crianças correndo livres pelas praias
frutos maiores desse chão.



Fernando dos Santos

Consórcio de Milho, Inhame e Feijão,
Sítio das Palmeiras 1- Ubatumirim - Ubatuba (SP)



Feitio de Farinha
Quilombo da Fazenda - Ubatuba (SP)
Foto: Cristiano de Jesus Braga



Campanha Cuidar é resistir

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) lançou a campanha “Cuidar é Resistir” para reforçar o apoio aos territórios tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba duramente atingidos pela Covid 19. A iniciativa visa arrecadar recursos para aquisição e distribuição de alimentos e artigos de primeira necessidade às comunidades tradicionais e ampliar trocas solidárias de pescado e produtos agroecológicos entre territórios indígenas, caiçaras e quilombolas da Bocaina.

“Neste momento difícil, precisamos apoiar as comunidades em diversas frentes: aquisição de alimentos, distribuição de material higiene, disseminação de informações confiáveis, contenção do turismo em territórios tradicionais, apoio em projetos e editais de resposta à pandemia e reforço da economia solidária para que possamos ampliar as trocas de pescado e alimentos agroecológicos entre as próprias comunidades”, destaca Vagner do Nascimento, Coordenador do FCT e Coordenador Geral do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Principal movimento de articulação de povos e comunidades tradicionais da Bocaina, o FCT é um movimento social que integra povos indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba para a luta conjunta em defesa de seus direitos e territórios tradicionais. Fundado em 2007, atua nas áreas de agroecologia, saneamento ecológico, educação diferenciada, pesca artesanal, turismo de base comunitária, cartografia social e justiça socioambiental a partir da liderança e protagonismo das próprias comunidades.

Contatos:

e-mail: comunicafct@gmail.com

(12) 99722-7672 - Santiago - FCT

(61) 98426-8640 - Maíra Franco Netto - Junta Comunitária

(24) 99324-3086 - Luiz Gubert - Verde Cidadania

(24) 98881-3617 - Eduardo Mussi - Loja Canoa

Colaboradores

Ação solidária dos guardas vidas; Associações de moradores de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba; CANOA; CEASA; CEDIND (Conselho de Direitos Indígenas); CGY; CNCTC; CONAQ; CPII; Fórum Sindical-LN; Funai; Fundo Fica; INEA; ITESP; Secretaria de Justiça de SP; Coordenação de Políticas para Populações Negras e Indígenas; João Vicente-SJC, Shananda-Caragua; Linha D'água; ONG APPRU-Amigos na Preservação, Proteção e Respeito à Ubatuba; PEA; Prefeitura de Paraty; Rede Nhanderekó; Secretaria de Justiça de São Paulo; SESC; Sindipetro-LP; Sindipetro-RJ; UFF; Unesp; Verde Cidadania; Viva Rio.

Contribua com a rede de solidariedade do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)

Dados bancários para contribuições

Verde Cidadania

CNPJ 04.128.664/0001-91

Banco do Brasil

Agência 2406-6

Conta corrente: 50.034-8

Estado entrega Cestas da Cidadania a comunidades ciganas, indígenas e quilombolas

Por conta da pandemia pela Covid-19, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Justiça e Cidadania e Fundação Itesp, realiza a doação de 10 mil cestas básicas, totalizando 200 toneladas de alimentos. A Cesta da Cidadania tem 12 itens de primeira necessidade, dentre eles: arroz, feijão, açúcar, sal, óleo de soja, farinha de mandioca, legumes e frutas diversas da época, levando-se em conta a qualidade dos produtos ofertados.

A Fundação Itesp efetua a compra das cestas básicas fornecidas pelos agricultores familiares assentados e remanescentes de quilombos no Estado e realiza o mapeamento das cadeias produtivas por região, identificando a capacidade de abastecimento, logística e sazonalidade. A instituição é responsável dentro dessa ação por mobilizar os produtores rurais e orientá-los quanto aos critérios de participação na comercialização, como qualidade, quantidade e periodicidade de entrega dos produtos.

Entre junho e julho, mais de 440 Cestas da Cidadania foram entregues no Vale do Paraíba e Litoral Norte. Foram contempladas comunidades ciganas de São José dos Campos e de Taubaté, aldeias indígenas e comunidades de remanescentes de quilombos do Litoral Norte.

Em Ubatuba, receberam as Cestas da Cidadania as aldeias indígenas Renascer/Ywyty Guaçu, Boa Vista/ Sertão do Promirim e Rio Bonito e os quilombos de Caçandoca, Sertão de Itamambuca, Cambury e Fazenda/Picinguaba. Em São Sebastião, recebeu cestas a Aldeia Terra Indígena Ribeirão Silveira.



Técnico do ITESP com lideranças do Quilombo da Caçandoca- Ubatuba (SP). Foto: Cleide Azevedo



Cestas de Alimentos. Foto: Assessoria de Imprensa da Fundação ITESP

Assessoria de imprensa da Fundação Instituto de Terras (ITESP)
www.itesp.sp.gov.br





Ilustração: Bianca Luz Celeste

O projeto Cesta Viva para Comunidade surgiu com o intuito de trazer mais sustentabilidade às campanhas humanitárias de doação de alimentos, que estão acontecendo neste momento emergencial da pandemia da COVID-19. A cesta básica foi substituída pela cesta viva, com frutas, legumes, grãos, folhagens, tubérculos e farinhas da agricultura campezina dos Territórios Agroecológicos da Serra e do Mar, e com peixe da pesca artesanal de caiçaras da Baía de Castelhanos (Ilhabela) e da Costa Sul de São Sebastião, refletindo no aumento da qualidade nutricional da alimentação e da imunidade das famílias atendidas, bem como no fortalecimento da produção de base agroecológica regional.

Mais de 40 famílias de agricultores campezinos, pescadores artesanais e artesãos locais já foram beneficiadas pela aquisição dos itens da Cesta Viva.

No tocante a educação para liberdade e para a segurança e soberania alimentar, além da mensagem transmitida pela ação e pelas cestas, a equipe de organização está produzindo um livro intitulado “A Teia

da Resistência”, com dicas de plantio, receitas, compostagem, reciclagem e substituição de produtos de limpeza por produtos que não poluem as águas, nem causem outros danos ambientais.

Quem recebe as cestas vivas?

Famílias em situação de vulnerabilidade nas comunidades: Aldeia Indígena Guarani Rio Silveiras; Quilombo de Caçandoca; comunidade caiçara da Ilha Montão de Trigo; trabalhadores das Cooperativas de Reciclagem de Caraguatatuba, São Sebastião e de Ubatuba; e mulheres e outras famílias em situação de vulnerabilidade de São Sebastião, Bertioga, Ilhabela e Caraguatatuba, no Litoral de São Paulo.

Em maio e julho foram distribuídas 250 e 631 Cestas Vivas, respectivamente, composta com mais de 15 itens de alimentos e de produtos artesanais de higiene e proteção individual (sabonete, sabão e máscaras), produzindo uma cesta ecológica que dialoga com saberes essenciais de cuidado com a Mãe Terra. Em agosto serão distribuídas mais 600 cestas vivas.



Rota Cesta Viva
Arte: Julia Trommer

Organização e Parcerias

O apoio financeiro provém de doações voluntárias, por meio do crowdfunding, com coordenação da Rede Brotar. A partir de julho contou também com o apoio financeiro e WWF-Brasil e institucional do Instituto Tiê.

A equipe de organização é composta por um grupo de 15 amigos (as), que atua no fortalecimento do movimento agroecológico da região. A ação também conta com apoio de voluntários(as), agricultores(as), pescadores(as), motoristas e outras instituições parceiras, que auxiliam na produção e organização da logística de montagem e distribuição das cestas, seguindo todos os cuidados recomendados pelos órgãos de saúde.

A todos que colocaram as mãos, a nossa eterna gratidão. Nosso apoio está transformando nosso mundo. Viva a Agroecologia!!!

Para fazer doações ao projeto, acesse o sítio eletrônico: <https://benfeitoria.com/cesta-viva-para-a-comunidade-ght>. Para outras formas de apoio, entre em contato com redebrotar@gmail.com.

Equipe Cesta Viva para Comunidade



Foto: Tatiana Prestes de Barros Araújo



Foto: Bruno Mesquita



Mamão Verde com Camarão

Ingredientes

1 mamão verde picado (médio)
500 g de camarão limpo
2 dentes de alho amassados
Azeite
1 cebola grande picada
1 tomate
Coentro e cebolinha a gosto
Pimenta do reino e sal a gosto

Modo de preparo

Escalde o mamão e reserve. Em uma panela doure a cebola, junte o alho e o camarão. Em seguida acrescente o sal, cebolinha, coentro e pimenta do reino. Acrescente o mamão e tampe a panela. Deixe cozinhar até o mamão ficar macio.

Dica valiosa: Muito comum os caiçaras utilizarem o chuchu no lugar do mamão verde.

Por **Angélica Souza, do Peixe de Varal**

(Caiçara e moradora do Bairro de São Francisco/São Sebastião)

Receita publicada no dia 16 de maio no facebook do Coletivo Caiçara de São Sebastião

Roa Caiçara - Informativo
Comitê de Bacias Hidrográficas do
Litoral Norte (CBH-LN)
Rua Dona Maria Alves, 926,
Centro-Ubatuba (SP)
(12) 3833-9702 - cbhlnorte@gmail.com

Pedro Rego
Vice-presidente do CBH-LN

Edição 6 (Agosto - 2020)
Editoração: Nívia Alencar - MTb 21.218
e Frank Constancio - MTb 28.786
nscomunicacao.agencia@gmail.com
Fone: (12) 3893-1811

CBH-LN - 23 Anos em 2 de Agosto



O Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte de São Paulo é uma conquista da região para cuidar do nosso patrimônio hídrico. Ainda que muitas vezes não nos damos conta, a água cobre cerca de 70% da superfície do planeta Terra, enquanto a quantidade de água doce disponível para uso humano é de apenas 2,5% e dependente das condições do planeta. Destruição de florestas compromete gravemente as nascentes, os rios e as águas subterrâneas, além de provocar maior incidência de chuvas intensas, inundações e enchentes e períodos de estiagem severos.

Segundo dados do Instituto Trata Brasil, apenas 46% do esgoto do Brasil recebem algum nível de tratamento, sendo a região Norte a mais prejudicada, com apenas 22%. Os dejetos sem este processo são jogados na natureza, afetando saúde pública e meio ambiente, principalmente pela poluição dos rios. O Brasil é signatário de metas de programa da ONU para universalização do saneamento básico até 2030. O país também tem o compromisso de atingir a universalização proposta pelo Plano Nacional de Saneamento Básico até 2033.

Estamos próximos a eleições municipais no país. No Litoral Norte, o CBH-LN espera que a universalização do saneamento básico esteja entre as metas mais importantes dos candidatos. Feliz Aniversário ao Colegiado do CBH-LN de sempre, que completa 23 anos, em 2 de agosto.

CUIDADORES DE ÁGUA - Formação em Educação Ambiental e Recursos Hídricos, com início em 13 de agosto. São 60 aulas on line (Moodle) para inscritos em julho. O programa é direcionado a líderes comunitários e membros de associações, instituições, movimentos socioambientais e do CBH-LN.

AGENDA DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CBH-LN

Em decorrência da Pandemia do Coronavírus, as reuniões presenciais das Câmaras Técnicas do CBH-LN foram substituídas por sessões virtuais mensais. São elas: **Câmaras Técnicas de Planejamento e Assuntos Institucionais (CT-PAI)** e **de Saneamento (CT-SAN)**: segunda 3ª feira de cada mês, das 9 às 12h (CT-PAI), e a partir das 13h30 (CT-SAN); **Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)**: segunda 4ª feira de cada mês, das 9 às 13h; **Câmara Técnica de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (CT-AgroSafs)**: terceira 5ª feira de cada mês, das 9 às 12h. Mais informações sobre estas reuniões podem ser obtidas pelo e-mail: cbhlnorte@gmail.com